

## **Securitização da Questão Colombiana: Contribuições Pós-Positivistas para os Estudos de Segurança Internacional no Pós-Guerra Fria**

Laura Lammerhirt<sup>1</sup> e Camille Remondeau<sup>2</sup>

### **Resumo**

O presente artigo busca responder, a partir da análise da questão colombiana, como as possíveis estratégias adotadas pelo governo estadunidense no pós Guerra Fria para manter sua hegemonia sobre o continente sul-americano podem ser explicadas por correntes pós-estruturalistas dos Estudos de Segurança Internacional e como tais estratégias atuam na configuração das redes de poder que estruturam as relações interamericanas. Durante o período da Guerra Fria, os Estados Unidos utilizaram-se da construção da ameaça comunista para influenciar países a seguirem sua liderança sob a égide do capitalismo ocidental. O arrefecimento deste conflito, entretanto, obrigou o governo estadunidense a substituir, gradativamente, a fonte de medo por outros inimigos a serem combatidos, tais como as "novas ameaças". O narcotráfico é aquela a qual se destaca no contexto sul-americano, abrindo espaço para medidas extraordinárias por parte do governo estadunidense, através de políticas repressivas de intervenções e treinamentos militares na região, representadas pelo Plano Colômbia.

### **Palavras-chave**

Construtivismo. Escola de Copenhague. Plano Colômbia. Guerra às Drogas.

### **Abstract**

The present article seeks to answer how the strategies adopted by the US government in the post-Cold War in order to maintain its hegemony over the South American continent can be explained by Post-Structuralist approaches to the International Security Studies and how such north American strategies reflect on the configuration of power networks that structure the inter-American relations. During the Cold War period, the United States used of the construction of the communist threat to influence countries to follow their leadership under the scope of western capitalism. However, the cooling of such conflict obliged the North American government to gradually replace the source of fear by other enemies to be fought, such as these "new threats". Narcotrafficking was the one featured in the South American context, opening space to extraordinary measures by the government of the United States through the repressive policies of military interventions and training in the region, represented by Plan Colombia.

### **Keywords**

Constructivism. Copenhagen School. Plan Colombia. War on Drugs.

<sup>1</sup> Graduada em Relações Internacionais pela UFRGS.

<sup>2</sup> Graduada em Relações Internacionais pela UFRGS.



## Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar o surgimento das "novas ameaças" no período pós-Guerra Fria, durante o processo de redemocratização dos governos da América Latina; dentre as quais o narcotráfico é colocado como tema central da agenda de defesa e segurança do hemisfério. O estudo busca responder como as possíveis estratégias adotadas pelo governo estadunidense para manter sua hegemonia sobre o continente sul-americano podem ser explicadas por correntes pós-estruturalistas dos Estudos de Segurança Internacional (ESI) e como tais estratégias atuam na configuração das redes de poder que estruturam as relações interamericanas.

Para tanto, utilizaremos das contribuições pós-positivistas no campo das relações internacionais, particularmente aquelas referentes à segurança internacional tratadas pela Escola de Copenhague (EC), refletindo sobre a construção social da realidade exposta. Duque (2009) explica a necessidade das revisões e reposicionamentos na área, tendo em vista a forte demanda por uma agenda de pesquisa que seja capaz de interpretar os impactos da nova conjuntura internacional de modo a superar a carência teórica realista. Tanno (2003, p.50) aponta que a EC “sustenta que as ameaças à segurança se originam não apenas na esfera militar, mas também das esferas política, econômica e ambiental” – premissa exemplificada pela substituição da “ameaça comunista” soviética por atores não-estatais latino-americanos, tais como carteis e guerrilhas.

Para lidar com esses novos fenômenos, foi imposto pelos Estados Unidos um modelo de segurança cooperativa baseado em instituições multilaterais e acordos bilaterais. A política de combate ao narcotráfico foi potencializada nos países andinos, tidos como principais produtores de matéria-prima para elaboração de substâncias psicotrópicas. Nesse contexto, é criado o Plano Colômbia, em 2000, um acordo de auxílio militar e financeiro estadunidense em solo colombiano. Neste mesmo período, observa-se um processo de aproximação entre as forças armadas dos países da região da bacia do Prata, particularmente, da Argentina e do Brasil. Tal fenômeno deslocou o eixo de percepção de ameaça do governo brasileiro da região sul para a fronteira amazônica. Assim, as questões de segurança interna dos países da região andina tornam-se de extrema relevância para a política de defesa brasileira.

O artigo pretende ressaltar a importância dos discursos políticos na origem dos sistemas de poder, na medida em que a questão colombiana será interpretada como um fenômeno socialmente construído e, conseqüentemente, portador de um histórico de transformações. Por discursos políticos, adota-se a noção foucaultiana de que estes representam verdadeiras práticas de linguagem criadoras de identidades, definidoras de campo de ação e constituidoras de objetos e temáticas (FOUCAULT, 2002). Ademais, tais discursos atuam como geradores de posições privilegiadas, onde se torna possível criar realidades, sujeitos, identidades e sistemas, os quais permeiam uma diversidade de micropoderes – é, portanto, no discurso construtor de ameaças e perigos que nosso enfoque é concentrado, pois entende-se que este é utilizado com o intuito de legitimar a contra-violência da guerra às drogas.

Através deste trabalho, buscar-se-á contribuir para a análise do papel dos Estados Unidos na construção social da questão colombiana e seus reflexos nas relações interamericanas. Isto posto, nosso trabalho será dividido, além da presente introdução e considerações finais, em duas seções: na primeira seção do trabalho, mapearemos o histórico das teorias construtivista e pós-estruturalista no campo de Segurança em Relações Internacionais; a segunda seção analisará a emergência das "novas ameaças" na agenda de segurança da América do Sul.

### **Breve Contextualização dos Impactos do Pensamento Pós-Estruturalista nos Estudos de Segurança Internacional**

Os Estudos de Segurança Internacional (ESI) são estruturados a partir de quatro debates, conforme classificação de Buzan & Hansen (2012): o primeiro consiste na eleição do Estado como principal objeto de análise; o segundo, na inclusão de ameaças tanto internas quanto externas às discussões; a terceira refere-se à expansão do debate para além do âmbito militar e uso da força; e o último, por fim, tange a interpretação da segurança como necessariamente ligada a questões de ameaças e sujeições. Em torno das questões expostas, destacam-se três grandes vertentes no campo teórico dos ESI: a tradicionalista, à qual pertencem as tradições realista, liberal e suas variações; a crítica, na qual enquadram-se os pensamentos inspirados pela Escola de Frankfurt, marxistas, construtivistas, pós-modernos, etc.; e a abrangente, da qual faria parte a Escola de Copenhague, de modo a tentar encontrar um meio-termo entre as anteriores.

A transição para década de 1990 e, consequente término da configuração bipolar do sistema internacional, não prevista pelas análises realistas, foi acompanhada de "um cenário de confusão teórica, para o qual os tradicionais referenciais explicativos se mostravam inadequados" (RESENDE, 2012, p.39). Resende (2012) ainda ressalta que a maneira como foi encerrado tal conflito indireto, o qual perdurou por quase meio século, foi inédita, qual seja a renúncia soviética à sua condição de superpotência, desestabilizando o pensamento que guiou e consolidou a produção de conhecimento até então vigente.

A partir de então, tentativas de reformular as tradicionais escolas realista e liberal deram origem ao neorrealismo - segundo o qual a estrutura do sistema internacional determinaria o comportamento estatal - e o neoliberalismo - o qual ressalta o papel das instituições internacionais no incentivo à cooperação interestatal - na área de relações internacionais. Buzan e Little (2001, p.21) ainda caracterizam "o final da Guerra Fria [como] marcado por uma explosão de interesse nas questões sociológicas de identidade e nas questões sobre moralidade e legalidade dos direitos humanos", concluindo que, de fato, as dinâmicas do sistema internacional não podem mais ser reduzidas apenas a relações interestatais. O debate entre neorrealistas e neoliberais culminou no que Weaver (*apud* RESENDE, 2012, p.45) denominou "Síntese Neo-Neo", classificando ambas as correntes como vertentes do pensamento racionalista, em oposição ao pensamento reflexivista. A insuficiência explanatória deste debate teórico-epistemológico fomentou a produção de toda sorte de críticas ao estadocentrismo e determinismo da estrutura sobre o agente presente em suas análises, levando à redefinição de diversas conceitualizações tidas como imutáveis e anistóricas - "naturalizadas"-, como o próprio conceito de segurança. Assim sendo, a Escola de Copenhague adotou uma perspectiva mais abrangente acerca das ameaças e questões securitárias, ainda que, em um primeiro momento, mantivesse o Estado como unidade principal de análise e somente de maneira gradual tenha trabalhado na desconstrução desta premissa realista (TANNO, 2003).

Tanno (2003) ainda ressalta a contribuição de teorias pós-modernas para as relações internacionais. Estas criam uma relação com questões de linguagem na construção da realidade política internacional, particularmente no concernente ao

processo de securitização e dessecuritização de atores, relações e espaço, o qual é responsável pela inserção destes nas agendas de segurança internacionais.

Considerando o processo estudado como intersubjetivo, faz-se necessário compreender suas diferentes unidades, como apresentadas por Buzan *et al.* (1998). São elas: os objetos de referência - objetos do processo, passíveis de encontrarem-se sob ameaça; os atores securitizadores – responsáveis pelo ato de fala o qual dá início ao processo; os atores funcionais – os quais fazem parte da dinâmica do processo através de seu posicionamento no concernente à proposta apresenta; e, por fim, a audiência – o público ao qual o ato é destinado (MUSUMECI, 2011; AMARAL, 2010). No caso colombiano, o objeto de referência consiste na população colombiana e seus vizinhos; o ator securitizador, nos Estados Unidos; as mídias e determinados setores dos governos colombiano e estadunidense agiriam como atores funcionais; e, por fim, os governos sul-americanos representariam a audiência.

Assim, para que um processo de securitização seja efetivo, não só é necessário que a audiência reconheça o objeto como uma ameaça, também é preciso que haja um universo de significados intersubjetivamente partilhados entre os atores (TANNO, 2003). Para que um discurso resulte na securitização exitosa de uma questão, ele deve ser aceito pela audiência para qual o mesmo está sendo dirigido, *i.e.*, a securitização não é uma prática passível de ser imposta, mas um processo intersubjetivo e socialmente construído.

O sucesso de uma iniciativa de securitização não depende, todavia, apenas do esforço dos agentes: é preciso que a questão apresentada seja reconhecida socialmente como uma ameaça à segurança. Para tanto, é indispensável que existam significados intersubjetivamente partilhados entre os responsáveis pela formulação e implementação da sua agenda. Pressupõe-se que há limites socialmente definidos para o que pode ou não ser considerada questão de segurança. (TANNO, 2003, p.58)

Deste modo, a próxima seção esboçará a maneira como a estratégia estadunidense de combate ao narcotráfico aliou-se a uma questão interna colombiana, permitindo a intervenção militar da superpotência em território sul-americano, compreendendo-a como resultado de um processo de securitização liderado pelos Estados Unidos - como ocorrera com a “ameaça comunista” no período imediatamente prévio. De acordo com Duque (2009, p.480), a securitização "coloca as questões acima da política normal", o que permitiria a adoção de medidas extraordinárias por parte do

agente securitizador, impulsionado pelo que Weaver (*apud* DUQUE, 2009) chama de "política do pânico".

Tais medidas extraordinárias dialogam diretamente com o conceito de exceção e excepcionalidade. Huysmans (2006) aponta a necessidade de reflexão acerca do conceito de excepcionalidade nas relações internacionais, seu emprego e possíveis consequências, tais como legitimação da tortura, justificativa para o uso preventivo da força, etc. O autor analisa a centralidade deste conceito particularmente no contexto dos atentados de 11 de setembro de 2001. Nesse sentido, Smith (2004), além de discutir os efeitos dos atentados nas teorias de Relações Internacionais, investiga como estes também impactaram a própria concepção de violência até então defendida.

Ainda sobre o conceito de excepcionalidade e suas implicações em política externa, Jackson (2004, p.8-9) aponta que a noção de “emergência suprema” é entendida pelo direito internacional como uma situação em que a própria existência do Estado encontra-se em risco, o que o permitiria tomar as medidas que julgasse necessárias para sua sobrevivência. O autor ainda apresenta a relevância do uso de narrativas de ameaça e perigo as quais permeiam os discursos estadunidenses sobre identidade: “A política do medo também funciona para reforçar a unidade nacional, (re)construir a identidade nacional, disfarçar o projeto geoestratégico neoconservador e reforçar as instituições de coerção estatal” (*ibidem*, p.1).

Entretanto, não consideramos a divisão da Escola de Copenhague entre a “política normal” e a “política de exceção”, na explicação dos movimentos securitizadores, como uma divisão estanque que determina quais ações enquadram-se de maneira absoluta em um ou outro tipo de política. De maneira a dialogar com elementos das correntes pós-estruturalistas, interpretamos a tomada de uma medida “excepcional” como resultado de uma série de momentos e processos “não-excepcionais”, marcados por micropoderes ininterruptos, porém mutáveis, que constantemente oscilam ao levar o próprio entendimento de segurança mais próximo da noção de “ameaça existencial” ou de “controle da liberdade”. Entende-se, portanto, que o “surgimento” das chamadas “novas ameaças” deriva deste processo de construção social de realidades.

No concernente às relações interamericanas ao final da Guerra Fria, cabe ressaltar que, ainda que a América Latina não constituísse uma região de alta prioridade para os Estados Unidos neste período, ela nunca esteve fora do foco de atenção do

governo estadunidense no que tange a sua agenda de segurança - foi a maneira e a intensidade com a qual o subcontinente foi inserido nesta que oscilou ao longo das últimas décadas. Ademais, o abandono dos projetos de aquisição de armas nucleares e a adesão de países como Argentina e Brasil ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear tranquilizou, de certa maneira, o governo dos Estados Unidos, tendo em vista que a proliferação de armas de destruição em massa é tida como uma das principais ameaças à sua segurança.

Apontam-se três focos para a política norte-americana de segurança regional desenvolvida na época: a América Central, já desgastada pela forte intervenção sofrida durante a década de 1980; a região andina, cuja importância crescia devido ao endurecimento da imprudente "guerra às drogas" estadunidense; e, finalmente, a região da fronteira comum entre Brasil, Argentina e Paraguai. A partir dos atentados de setembro de 2001, estas duas últimas regiões ganharam maior destaque: a primeira, pela atitude norte-americana de deixar de diferenciar ações de grupos guerrilheiros, paramilitares e narcotraficantes, associando a chamada "narcoguerrilha" à "guerra ao terrorismo", além de classificar grupos como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército Popular (FARC-EP) como terroristas (VILLA e OSTOS, 2005); e a segunda, estigmatizada há décadas como região de baixo controle governamental - na qual, portanto, o crime organizado transnacional não encontraria grandes obstáculos para seu desenvolvimento-, através de sua inserção na agenda de segurança internacional também pela lógica de fusão da "guerra às drogas" à "guerra ao terror". Ambas as justificativas permitiram práticas políticas excepcionais por parte dos Estados Unidos, a partir de então, sendo estes detentores do discurso hegemônico.

### **A Construção das “Novas Ameaças” e a Inserção da “Guerra Às Drogas” na Agenda de Segurança Regional**

Durante o período da Guerra Fria, a agenda de segurança estadunidense para a América Latina estava centrada na contenção da ameaça comunista soviética, intensificada após a revolução cubana de 1959. "Durante a Guerra Fria os países latino-americanos deveriam lutar contra o comunismo dentro de suas fronteiras, enquanto os Estados Unidos defenderiam o hemisfério ocidental contra possíveis agressões do bloco oriental" (SANTOS, 2004, p.115). Assim, os Estados Unidos apoiavam os governos,

ainda que não democráticos, a seguir as linhas gerais da política econômica norte-americana e a não permitir a invasão comunista em seu território. A partir do final dos anos 1980, no entanto, com o desmembramento da União Soviética, há uma reconfiguração do sistema internacional. O mundo já não era mais bipolar e, portanto, a doutrina de defesa e segurança dos países centrais deveria ser estruturada de acordo com a nova ordem internacional. O comunismo já não podia ser mais aclamado como o grande inimigo do mundo ocidental, era preciso encontrar outra ideologia que sustentasse o aparato militar americano e garantisse sua posição de guardião da segurança mundial. De acordo com Piletti (2008), as novas ameaças que surgem no pós-Guerra Fria e substituem o perigo comunista envolvem:

Atividades diversificadas, tais como o terrorismo – que, especialmente após os eventos de 11 de setembro de 2001, adquire centralidade nas políticas de segurança e defesa desenvolvidas, a ponto de os Estados Unidos declararem uma ‘Guerra Global Contra o Terrorismo’ – e o crime organizado em geral – destacando-se, por exemplo, o narcotráfico, o tráfico de armas e o de pessoas (PILETTI, 2008, p.3).

Tais fenômenos englobam predominantemente atores não estatais e transnacionais e ameaçam governos e o equilíbrio regional, pois extrapolam as fronteiras, constituindo um perigo interno e externo aos países. Dessa maneira, os Estados Unidos assumiram o papel de agente securitizador, defendendo o discurso de garantir a estabilidade dos governos democráticos e sua governabilidade, evitando a proliferação dessas ameaças. O apoio às democracias, em detrimento de governos autoritários, passa a ser um eixo central na política exterior americana para o continente.

A associação entre a promoção da democracia e a segurança emerge da percepção de que muitas instituições democráticas em muitos dos países da região são frágeis e que a estabilidade adquirida está sob constante ameaça (HERZ, 2002, p.8).

O trauma do episódio de setembro de 2001 no imaginário estadunidense é explorado por Resende (2009) e auxilia na compreensão acerca de seus reflexos sobre a reformulação da nova política externa dos Estados Unidos através da Doutrina Bush. Por política externa, tomam-se as redefinições expostas por Hansen (2008) e Resende (2009) para entendê-la como práticas discursivas originárias dos processos de constituição e relação entre Estado e identidade, rejeitando seu entendimento como mera reação estatal diante de um sistema internacional hostil.



O questionamento da própria sociedade norte-americana sobre sua identidade faz com que a “(re)produção da ‘Outricidade’ [como] forma de assegurar a estabilidade da entidade do Estado” (RESENDE, 2009, p.68) seja colocada como pilar inquestionável da política externa estadunidense:

Devemos reconhecer a estreita ligação entre o trauma, a comunidade política e o tipo específico de poder que se encontra em ação: o biopoder. Consoante o conceito de Foucault, o poder estatal no mundo moderno atua fazendo distinções, incluindo, ou excluindo, indivíduos do processo político, a ponto de retirar o valor da vida humana do processo político. (RESENDE, 2009, p.115)

A autora ainda aponta que o discurso baseado na negação do “Outro” vai ao encontro da lógica da guerra preventiva, a qual é adotada pela Doutrina Bush, em desconsideração às prescrições do Direito Internacional, que preveem possibilidade de ataque apenas em legítima defesa. Buzan e Hansen (2012) apontam para a principal mudança nas concepções discursivas de segurança a partir de 2001:

A constituição do Outro iraquiano como terrorista ou vítima se baseava em uma construção do *Self* ocidental como superior, forte, moral e civilizado. Mesmo os discursos que haviam tentado romper explicitamente com essa construção – como aqueles que responderam às explosões de Londres, em julho de 2005 – tinham, no fim das contas e segundo argumentava-se, dificuldades em aparecer com algo genuinamente multicultural e crítico-político em mãos (WEBER; STEPHENS; *apud* BUZAN & HANSEN, 2012, p.367)

Nesse sentido, sobre a construção da imagem do “Outro”, Musumeci (2011, p.54) acrescenta:

(...) aí se aliam as noções de subjetividade e interdiscurso, à medida que o Outro é concebido não como uma presença explícita ou implícita, mas sim como uma ausência, como interdito do discurso. Ele está na zona do não-dizível demarcada pela formação discursiva, a qual circunscreve a zona do dizível legítimo e delimita o território do Outro que lhe é incompatível, na tentativa de excluí-lo de seu dizer.

Aliados à promoção da democracia, os Estados Unidos impõem aos países da região, que estão sob sua esfera de influência, um modelo de segurança cooperativa baseado em instituições multilaterais e acordos bilaterais. Nesse âmbito, foi assinada, em 1988, a Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e de Substâncias Psicotrópicas e, em 1995, a Comissão de Segurança Hemisférica foi instituída no interior da Organização dos Estados Americanos (OEA). Tal instituição objetivava a promoção dos princípios de segurança cooperativa e medidas de segurança

mútua mantendo as questões de segurança regional sob a égide dos Estados Unidos, líder nas negociações da OEA.

Em relação a acordos bilaterais, o Plano Colômbia, implementado em 2000, representou o ponto máximo da política de cooperação entre os Estados Unidos com países da região, utilizando-se de instrumentos econômicos e o emprego efetivo das forças armadas estadunidenses em território estrangeiro - medida de caráter extraordinário antecipada pelos teóricos da securitização, como apresentado na seção anterior. Tais medidas refletiram em maior poder de intervenção norte-americana nos países da região, além de perda significativa da produção das indústrias de defesa nacionais.

Com a diversificação de estratégias para enfrentar as ameaças também diversificadas, este esquema incluiria uma mudança na política bélica (dos países da América Latina), com o desmonte dessa indústria na região, e a formação de um aparato de proteção à democracia, a partir das instituições multilaterais. (PILETTI, 2008, p.19).

A partir do governo Reagan (1981-1989), o combate às drogas e o narcotráfico tornam-se temas centrais na agenda de segurança nacional, paulatinamente substituindo a figura do comunismo como inimigo nacional. É nesse período que surgem as principais teorias sobre narcoguerrilha, que relacionam o tráfico de drogas aos cartéis e às guerrilhas esquerdistas. De acordo com Rodrigues (2003), os atores não-estatais que ameaçam a governabilidade são compreendidos sob as distintas formas de crime organizado na América Latina, em especial com o narcotráfico. A América do Sul é vista como o principal produtor das drogas que alcançam o grande mercado consumidor estadunidense. A produção de cocaína na região andina e de *cannabis*, principalmente no Paraguai<sup>3</sup>, são, desta forma, questões que extrapolam as fronteiras e deveriam ser combatidas por meio de uma política conjunta.

O narcotráfico, de todas as formas, logo se transformou em inimigo, como se classificava em uma ameaça constituída pelas possíveis, eventuais e, nem sempre comprovadas, inter-relações no interior em um espectro bastante amplo que inclui outros fenômenos ameaçadores que estão presentes no continente, pondo em risco não somente a segurança, como também a estabilidade no hemisfério (ROSSI, 2008,p.9)<sup>4</sup>

<sup>3</sup> Fonte: United Nations Office on Drugs and Crime, 2010.

<sup>4</sup> Tradução nossa.

Assim, a guerra às drogas, em sintonia com o combate às guerrilhas de esquerda, insere-se na agenda de segurança dos governos latino-americanos, em especial dos países da região andina.

Nesse sentido, verifica-se uma atenção crescente do Brasil em relação à evolução da situação política e socioeconômica interna dos países do entorno andino e que podiam afetar o país, especialmente no que se refere aos ilícitos transfronteiriços e às ameaças não-convencionais diversas; um desafio de conciliar os interesses nacionais e de defesa nacional com os interesses formulados regionalmente e de segurança regional e hemisférica (PILETTI, 2008, p.54).

Nesse âmbito, há uma mudança na doutrina das forças armadas no que tange o combate a ameaças não-tradicionais, pois segurança pública e defesa nacional passam a se confundir. O narcotráfico é securitizado e associado ao terrorismo, estreando o termo “narcoterrorismo”, sendo tal conceito exportado a todo hemisfério, convertendo a guerra às drogas em uma ideologia não apenas política, como também militar em toda a região.

### Considerações Finais

O fim do sistema bipolar e o esgotamento da retórica estadunidense de manutenção da América Latina sob sua esfera de influência através da “ameaça comunista” pôs em xeque o sistema de governança norte-americano na região. Para garantir a continuidade de sua hegemonia sobre o subcontinente, era preciso demonstrar a necessidade de sua presença paternalista no âmbito da segurança regional. Nesse sentido, observa-se a construção social do medo em relação às chamadas “novas ameaças” por parte dos Estados Unidos, a qual promoveu a inserção destas na agenda de segurança dos países da América do Sul.

As teorias pós-estruturalistas dos ESI auxiliam na compreensão deste fenômeno, uma vez que ele envolve, além de Estados soberanos, atores não-estatais como ameaças à segurança e à ordem internacional, buscando compreender as origens sociológicas, econômicas, políticas e morais deste cenário, não se restringindo às questões puramente militares ressaltadas pelo *mainstream* teórico das Relações Internacionais. O processo de securitização destas “novas ameaças”, particularmente do narcotráfico, é consolidado através da recepção do discurso securitizador pela audiência sul-americana, e seu consequente reconhecimento destas ameaças como tais, internacionalizando questões de segurança interna dos países andinos. Tal apoio local serviu de pretexto para a tomada

de medidas extraordinárias por parte dos Estados Unidos na região, as quais culminaram na intervenção norte-americana e reestruturação das políticas de segurança e do papel das forças armadas no continente.

Considerando que o processo de construção de realidades é um fenômeno abrangente, interdisciplinar e complexo, utilizamos dos pensamentos elaborados pela Escola de Copenhague para melhor entendê-lo no tangente às idiossincrasias das relações interamericanas. Finalmente, através deste trabalho, buscamos contribuir para o debate concernente à compreensão da construção das redes de poder que estruturam as relações interamericanas e das possíveis estratégias adotadas pelos Estados Unidos para manter sua hegemonia sobre o continente latino-americano, as quais se mostram agressivas, ainda que sutis, na sua maneira de se reciclar, reforçar e renovar cotidianamente.

### Referências

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A evolução dos estudos de segurança internacional**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

BUZAN, Barry; LITTLE, Richard. Why International Relations has failed as an intellectual project and what to do about it. **Millenium: Journal of International Studies**, v.30, n.1, p.19-39, 2001.

CARPES, Mariana Montez & LEITE, Iara Costa. A percepção do governo Lula sobre o conflito colombiano e os desafios para a construção de um projeto regional de segurança. **Observador On-Line**, vol.1, n.3, mai., 2006.

DUQUE, Marina Guedes. O papel de síntese da escola de Copenhague nos estudos de segurança internacional. **Contexto Internacional**, vol.31, n.3, set/dez, pp.459-591, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HANSEN, Lene. Images, Identity and Security: Bringing Together International Politics and Media Research. **Nordicom Review**, vol.2, 2008.

HERZ, Monica. Política de segurança dos EUA no pós-Guerra Fria. **Estudos Avançados**, vol. 16, n.46, p.85-104, 2002.

HERZ, Mônica e HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **Organizações Internacionais: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro, Elsevier / Editora Campus, 2004.

HUYSMANS, Jef. International Politics of Insecurity: Normativity, Inwardness and the



Exception. **Security Dialogue**, vol.37, n.1, pp.11-29, 2006.

JACKSON, Richard. **The Politics of Threat and Danger**: Writing the War on Terrorism. Trabalho apresentado na Conferência Annual da British International Studies Association (BISA), Universidade de Warwick, 2004.

MORA, Frank. Victims of the Balloon Effect: Drug Trafficking and U.S. Policy in Brazil and the Southern Cone of Latin America. **The Journal of Social, Political and Economic Studies**, vol.21, n.2, p.115-140, 1996.

MOREIRA, Paula Gomes. **Política Externa Brasileira para a Amazônia**: imperativos, atores e políticas (1964-2002). Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

MUSUMECI, Martino G. **Semiótica das securitizações governamentais na América do Sul contemporânea**: construção das significações de segurança e defesa de documentos políticos da região. São Paulo: USP, 2011.

PILETTI, Felipe José. **Segurança e defesa da Amazônia**: o Exército Brasileiro e as Ameaças Não-Tradicionais. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PROCÓPIO, Argemiro & VAZ, Alcides Costa. O Brasil no contexto do narcotráfico internacional. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol.40, n.1, pp.75-122, 1997.

RESENDE, Erica Simone A. **Americanidade, puritanismo e política externa**: a (re)produção da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas discursivas da política externa norte-americana. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

RODRIGUES, Thiago. **Narcotráfico**: uma Guerra na Guerra. São Paulo: Desatino, 2003.

ROSSI, Adriana. **Mercosur**: entre Doctrinas, Mercado y Seguridad. Amsterdam: Transnational Institute, 2006.

SANTOS, Maria Helena de Castro. A Nova Missão das Forças Armadas Latino-Americanas no Mundo Pós-Guerra Fria: o caso do Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 15, n. 54, 2004.

SANTOS, Tamiris Pereira dos. **O Transbordamento do conflito interno colombiano**: a internacionalização da crise nas fronteiras com Venezuela e Brasil durante a gestão de Álvaro Uribe (2002-2010). Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina). São Paulo: Prolam/USP, 2013.

SILVA, Luiza Lopes da. **A questão das drogas nas relações internacionais**: uma perspectiva brasileira. Brasília: FUNAG, 2013.

SMITH, Steve. Singing Our World into Existence: International Relations Theory and

September 11. **International Studies Quarterly**, vol. 48, pp.499-515, 2004.

VILLA, Rafael Duarte & OSTOS, Maria del Pilar. As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, julho/dezembro de 2005.

TANNO, Grace. A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional. **Contexto Internacional**, vol.25, n.1, jan/jun, pp.47-80, 2003.